

**ELETRICIDADE PARAENSE S.A.**

CNPJ: 07.108.413/0001-33

**Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)**

Ativo	Nota explicativa	2012		2011	
		2012	2011	2012	2011
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalente de caixa	4	1.302	157		
Contas a receber		52	87		
Impostos à recuperar	5	682	2.723		
Adiantamentos concedidos	6	3.011	2.953		
		<b>5.047</b>	<b>5.920</b>		
<b>Não circulante</b>					
Partes relacionadas	7	9.081	29.667		
Depósitos vinculados		129	109		
Impostos à recuperar	5	4.111	3.530		
Imobilizado	8	96.903	95.998		
Intangível		141	189		
Diferido	9	483	965		
		<b>110.848</b>	<b>130.458</b>		
<b>Total do ativo</b>		<b>115.895</b>	<b>136.378</b>		
<b>As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.</b>					

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2012		2011	
		2012	2011	2012	2011
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	10	20.874	9.361		
Empréstimos e financiamentos	11	23.418	26.405		
Obrigações trabalhistas		189	184		
Obrigações tributárias	12	9.543	5.583		
Outras contas a pagar		199	-		
		<b>54.223</b>	<b>41.533</b>		
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	11	2.249	25.380		
Obrigações tributárias	12	1.917	2.746		
Contingências		26	26		
Partes relacionadas	7	30.037	31.063		
		<b>34.229</b>	<b>59.215</b>		
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	13.a	20.060	20.060		
Reserva legal	13.b	1.122	679		
Reserva de retenção de lucros	13.c	296	11.518		
Reserva de incentivo fiscal	13.d	5.965	3.373		
		<b>27.443</b>	<b>35.630</b>		
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>115.895</b>	<b>136.378</b>		
<b>As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.</b>					

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)**

	Reserva de lucros		Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal				
<b>Em 1º de janeiro de 2011</b>	<b>20.060</b>	<b>329</b>	<b>1.397</b>	<b>4.857</b>	-	<b>26.643</b>
Reserva de incentivos fiscais - Sudam	-	-	1.976	-	-	1.976
Lucro do exercício	-	-	-	-	7.013	7.013
Reserva legal	-	350	-	-	-	350
Retenção de lucros	-	-	-	6.663	6.663	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	(2)	-	(2)
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>20.060</b>	<b>679</b>	<b>3.373</b>	<b>11.518</b>	-	<b>35.630</b>
Reserva de incentivos fiscais - Sudam	-	-	2.592	-	-	2.592
Lucro do exercício	-	-	-	-	8.860	8.860
Reserva legal	-	443	-	-	(443)	-
Retenção de lucros	-	-	-	8.417	(8.417)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	(19.930)	-	(19.930)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	291	-	291
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>20.060</b>	<b>1.122</b>	<b>5.965</b>	<b>296</b>	-	<b>27.443</b>
<b>As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.</b>						

**Demonstração do resultado Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)**

	Nota explicativa	2012		2011	
		2012	2011	2012	2011
<b>Receita operacional líquida</b>	14	<b>60.333</b>	<b>50.594</b>		
<b>Custo dos serviços vendidos</b>	15	<b>(35.909)</b>	<b>(21.414)</b>		
<b>Resultado operacional bruto</b>		<b>24.424</b>	<b>29.180</b>		
<b>Despesas operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas	16	(2.630)	(4.215)		
Depreciação e amortização		(710)	(640)		
Despesas tributárias	17	(549)	(1.225)		
Outras despesas		(1.023)	(107)		
		<b>(4.912)</b>	<b>(6.187)</b>		
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>19.512</b>	<b>22.993</b>		
Resultado financeiro	18	(5.597)	(12.360)		
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>13.915</b>	<b>10.633</b>		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(5.055)	(3.620)		
		<b>(5.055)</b>	<b>(3.620)</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>8.860</b>	<b>7.013</b>		
<b>Lucro líquido por ação de capital no final do exercício</b>		<b>0,44</b>	<b>0,35</b>		
<b>As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.</b>					

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 - (Em milhares de Reais)**

**1. Contexto operacional**  
A Eletricidade Paraense S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, de capital fechado, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação e comercialização de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A resolução nº 343, de 25 de junho de 2002 autoriza a sociedade a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica mediante exploração de potencial hidráulico denominado PCH Salto Três de Maio, com 25.000 / 30.000 KVA de potência instalada, implantada no rio Três de Maio, na bacia hidrográfica do rio Amazonas. A autorização vigorará até o ano de 2032, podendo ser prorrogado, a pedido da interessada e a critério da ANEEL. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia - MME.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis**  
**2.1 Apresentação das demonstrações contábeis** - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A autorização para a conclusão

**Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)**

	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>8.860</b>	<b>7.013</b>		
<b>Itens que não afetam o caixa operacional</b>				
Incentivos Fiscais - Sudam (16.d)	2.592	1.976		
Depreciação e amortização			482	483
Amortização do diferido			76	7.993
Baixas ativo imobilizado			4.129	3.498
Depreciação			-	22
Baixas do intangível			48	30
Amortização			-	(74)
Provisão para contingências			<b>16.187</b>	<b>20.941</b>
<b>Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo</b>				
Contas a receber			35	(87)
Depósitos vinculados			(20)	(109)
Impostos a recuperar			1.460	2.145
Adiantamentos concedidos			(58)	(1.441)
Fornecedores			11.513	2.746
Obrigações trabalhistas			5	(17)
Obrigações tributárias			3.131	2.671
Outras contas a pagar			199	-
			<b>16.265</b>	<b>989</b>
<b>Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais</b>	<b>32.452</b>	<b>21.930</b>		
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos</b>				
Adições ao ativo imobilizado	(5.110)	(17.967)		
Adições ao intangível	-	(241)		
<b>Recursos líquidos absorvidos nas atividades de investimentos</b>	<b>(5.110)</b>	<b>(18.208)</b>		
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos</b>				
Distribuição de lucros	(19.930)	-		
Ajuste de exercícios anteriores	291	(3)		
Variação dos empréstimos e financiamentos	(26.118)	(3.431)		
Variação líquida de mútuos com partes relacionadas	19.560	(1.631)		
<b>Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos</b>	<b>(26.197)</b>	<b>(5.065)</b>		
<b>Variação no saldo de caixa e equivalentes</b>	<b>1.145</b>	<b>(1.343)</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	157	1.500		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.302	157		
<b>Variação no saldo de caixa e equivalentes</b>	<b>1.145</b>	<b>(1.343)</b>		
<b>As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.</b>				

do; • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Bens registrados no ativo imobilizado são os que não possuem vinculação com concessões de serviços públicos, ou seja, os bens de uso geral. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes de bens definidas e relacionadas à sua atividade operacional; **ii. Custos subsequentes** - Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes não reconhecidos no resultado quando incorridos. **iii. Depreciação** - Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada para amortizar os custos de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos bens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. **3.4. Arrendamento mercantil** - As operações de arrendamento mercantil, cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade são substancialmente transferidos, são classificadas como arrendamento financeiro. Se não houver transferência significativa dos riscos e benefícios inerentes à propriedade, as operações são classificadas como arrendamentos operacionais. Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no imobilizado e o passivo pelo menor valor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e valor do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados e os juros implícitos no passivo são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento. **3.5. Redução ao valor recuperável** - A Companhia tem por prática a avaliação e o

monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, caso existam evidências claras de que a Companhia possui ativos registrados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro, deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. **3.6. Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.7. Ativos circulantes e não circulantes** - São apresentados ao valor de custo, observadas as variações monetárias incorridas, quando aplicáveis, e deduzidos de provisão para refletir o valor de realização, quando necessário. **3.8. Passivos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **3.9. Provisões** - As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valor incertos que surgiram como resultado de transações passada. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos: • **Ativos contingentes** - trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco "Praticamente Certo"), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível; • **Passivos contingentes** - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor. Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos tribunais de justiça. **3.10. Imposto de renda e contribuição social** - As receitas de vendas de serviços são tributadas pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, quando estas são destinadas a estados brasileiros quando esta cobrança é determinada pelo seu regulamento, assim como a tributação pelo Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Papep. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/Pasep e da Cofins são apresentados deduzindo o custo das mercadorias vendidas na demonstração do resultado. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social. **3.11. Passivos circulantes e não circulantes** - Os passivos circulantes e